

D. António Ferreira Gomes
(Seleção por Sofia De Melo Araújo)

Citação: GOMES, D. António Ferreira, "Economismo Ou Humanismo", *E-topia: Revista Electrónica de Estudos sobre a Utopia*, n.º 6 (2007). ISSN 1645-958X.

<<http://www.letras.up.pt/upi/utopiasportuguesas/revista/index.htm>>

(Seleccionado a partir do texto sob o mesmo título publicado em PINHO, Arnaldo (selecção de textos e notas), *D. António Ferreira Gomes Antologia Do Seu Pensamento, volume I – O Pensamento Social e Político*, Porto: Fundação Engenheiro António de Almeida, 1990 pp. 93-120 – publicação gentilmente concedida pela Fundação SPES

ECONOMISMO OU HUMANISMO

Toda a economia política de Marx, com as suas características de ciência existencial e tendencial, é sobretudo e essencialmente uma filosofia e uma ética. O que Marx, evidentemente ouviria com horror; horror que talvez pouco aumentasse ao acrescentarmos que uma falsa filosofia e uma falsa ética...

Mas isto para nós é essencial: que é uma filosofia, filosofia metafísica e ética, falsa metafísica e falsa ética.

Uma filosofia não se refuta com cientismo; uma ética não se vence com moralismos; uma economia política normativa não se elimina com economismo utilitário. Nenhuma destas coisas se abafa com propaganda. Era preciso vencer o preconceito idolátrico de que a ciência esgota toda a realidade, tanto a realidade natural como a humana, uma ciência técnica e matemática de padrão fiscalista. Já Adam Smith, um economista precisamente, ao examinar o sistema escolar do seu tempo, lamentava que se afastasse a lógica substituída pela matemática, e profetizava: – “dentro dum século não saberemos pensar.” E o pior mal é que continuamos a pensar, temos evidentemente de pensar, mal, por necessidade lógica e metódica...

No bloco monolítico do pensamento marxista-leninista encontramos a quintessência deste pensamento debraiado, deste logicismo absolutizado, que, não contente de se chamar dialéctica da matéria – o que já é absurdo, nos próprios termos –, se chama materialismo dialéctico, materialismo da dialéctica – o que é uma hipérbole do absurdo, o racional imanentizado ao irracional, com todos os atributos do absoluto, isto é, o panteísmo da pura corporeidade.

Notemos, porém, que esta verificação ou constatação de absurdo é inoperante contra uma mentalidade marxista, porque igualmente inoperante contra a mentalidade “moderna”, que teime em sê-lo. O optimismo marxista – disfarçado em crítica e pessimismo – é, no domínio do pensamento, o encontro e a aliança dum primitivismo animista, extroversão essencial e espontânea do espírito que todos experimentamos, quer na forma infantil, quer cínica, quer epopeica, com o que há de mais profundo, lógico, elaborado e sofisticado no pensamento “moderno”. Duas ondas de fundo, contra as quais não valem sopros de superfície. Só uma escola filosófica, que para além de historicismos e criticismos, saiba ir aos fundamentos e aos princípios, que vá além de Descartes, à raiz dessas filosofias do “espírito” isto é da vontade, filosofias quer “científicas” quer “teológicas”, filosofias de “salvação” e portanto de desespero – filosofias, em suma, que podem ser tudo menos esta coisa simples e singular que é a Filosofia – só uma verdadeira escola nos habilitará a sondar e vadear a torrente turva e lodosa de todos os erros modernos. Escola de filosofia, dizemos, que não tema comprometer-se, que não procure um sistema ou uma afirmação de personalidade ou de nacionalidade, mas apenas a realidade; que não tema a aventura, até talvez a bela e terrível aventura – *calós kindunos – deinós kindunos* – de encontrar o Ser que subjuga, a Verdade que obriga, o Valor que exige. Escola que só tenha um “preconceito”: que a Verdade não é nossa, mas nós é que somos da Verdade. Contra todos os salvacionismos – dos quais o marxista é o último, demiúrgico e total: – “a filosofia tem-se dado como tarefa interpretar o mundo, é preciso, mas é transformá-lo” – só esta é a salvação: o Ser dominando o conhecer, o Homem senhoreando o mundo, mas na obediência ao Ser.

Se tal *metanoia* filosófica é necessária em toda a parte, muito mais o é entre nós (...)

Ao apelarmos para tal escola de Filosofia pensamos não só naqueles que reconhecem essa necessidade e a proclamam em termos que sempre merecem simpatia, ainda mesmo quando não mereçam total concordância, como naqueles que sentem o imenso vazio da nossa cultura, mas crêem que bastarão tratamentos sintomáticos, como naqueles que nem sequer dêem por qualquer falta e pensem que o importante é sermos como todos os outros, contentando-nos com afivelar os últimos figurinos e explorar as suas mais faladas conquistas.

(...)

Mais directa e formalmente propusemo-nos tratar do conjunto de tendências e motivos que denominamos *vis a fronte*, força que nos parece poder chamar-se humanismo profético e paraevangélico.

Sob este aspecto de humanismo, poderíamos talvez prescindir de qualquer exame ou dedução, e, à boa maneira clássica, lançar-nos abruptamente *in medias res*, com duas citações fundamentais: - "o homem é para o homem o ser supremo", diz Marx; *homo homini Deus*, antecipara Feurbach.

Mais que humanismo, mais que super-humanismo; simplesmente divinismo...

Mas situemos um pouco o homem nesta perspectiva, ao menos para reconhecermos que tal divinização não recuou perante quaisquer consequências.

Na propaganda contra o consumismo ressoam sempre, e, devemos reconhecê-lo, com bastante monotonia, duas tónicas essenciais: a sua desumanidade e a sua falência prática.

(...)

O supremo responsável pela industrialização da Rússia reconheceu, fria, estatisticamente, que foi preciso sacrificar dez milhões de russos para o plano entrar; outros falaram de trinta milhões. Com tais meios e métodos, o problema não era saber se era possível ou se é real; o problema era e é saber se era legítimo e se vale a pena. Mas para uma verdadeira resposta a estoutro problema não podemos contar de mais com os critérios economistas e eficientistas, vigentes também no mundo ocidental...

Quanto à desumanidade, não valerá a pena alongarmo-nos a declamar, visto que por mais justo que isso seja, melhor e mais económico será habilitarmo-nos a julgar. Para quem tem consciência moral – e para outrem não vale a pena falar – o que importa é saber o que é o mal e onde está; dizer mal do mal, conhecido por tal, para quê? Ao médico importa despistar a infecção, isolá-la e curá-la. Declamar contra a doença, para quê?

Sob este aspecto de desumanidade, importa não esquecer que os ídolos sempre pediram sacrifícios humanos; e nenhum ídolo jamais reconheceu ser contra o homem.

Assim também o comunismo 'científico': a favor do 'homem', apesar de tudo, apesar dos homens. No comunismo toda a existência humana toma um carácter social, cada homem identifica-se com a espécie (excepto nesse pequeno pormenor, que é melhor esquecer, a morte...); o Comunismo é teoricamente a eliminação de todos os antagonismos, do homem com a natureza, do homem com a sociedade, do homem com o homem; o comunismo puro é, pela reconquista do homem de todas as alienações, pela identificação do homem com a sociedade e pela assunção do indivíduo no universal, a realização dum humanismo integral.

O seu princípio é a crítica da alienação do homem, da alienação religiosa, metafísica, económica e social. As críticas da alienação convergem na análise da produção capitalista e do proletariado: "objectivação" ou coisificação do homem, tornado mercadoria do género mais vil.

O capital é trabalho objectivado, ou alienado, isto é transferido do trabalhador para o capitalista, trabalho morto que se levanta em frente e contra o trabalho vivo, isto é, contra o próprio operário. A crítica do capital arrasta imediatamente, com a teoria do valor, a crítica do dinheiro. O capital produtor de interesse, o dinheiro intrinsecamente fecundo parece-lhe a partenogénese mais singular, o feitiço mais absoluto. No *lucro* vê-se ainda uma relação com o processo produtivo e portanto com o trabalhador, e isso pode incomodar; no *interesse* capitalista nem isso: "ele resume o carácter alienado dos meios de produção em relação à actividade do sujeito". "O que Deus Pai, Deus Filho e Deus Espírito Santo são para os escolásticos, a terra-renda, o capital-interesse e o trabalho-salário são-no para os economistas vulgares... Se o homem dá uma forma religiosa às relações que o prendem à sua própria natureza, à natureza exterior e aos outros homens, a tal ponto que seja denominado por estas concepções, são precisos os padres e o seu trabalho,

Mas se a ideia religiosa chega a desaparecer, o trabalho do padre não entra mais no processo social da produção. O trabalho do padre cessa com o padre; assim também cessa com o capitalista o trabalho que ele faz ou faz fazer, na sua qualidade de capitalista".

(...)

O dinheiro, pelo facto de possuir a propriedade de tudo comprar, de possuir a propriedade de se apropriar de todos os objectos, é o *objecto*, “no sentido mais elevado, o ser todo-poderoso... o mediador... aquilo que é para mim o outro homem... o lado que me liga à vida humana... o bem de todos os bens... igualmente o meio geral de separação, a força química da sociedade”. “A potência divina do dinheiro reside na sua natureza de *ser genérico* alienado do homem, que se exterioriza e se vende. É o *poder* alienado da humanidade”.

“O móbil daquele que mercadeja não é a humanidade mas o egoísmo”.

“Ponde o homem enquanto homem, e a sua relação com o mundo como uma relação humana, e vós não podereis senão trocar amor com amor, confiança com confiança”.

Soam a novas estas palavras? Constituem escândalo, por nos darem uma face do marxismo a que não estamos? Seria melhor calar?

Mas... e o Evangelho? Também soa a nova?... Homens de pouca fé: *Oligópisto! Oligópisto!*...

Parece que ao Divino Mestre foi necessário inventar uma palavra nova, em grego um adjectivo substantivado, que o latim dá por *modicae fidei*, e que S. Mateus põe na Sua boca por quatro vezes, duas em face das preocupações económicas e duas no meio da tempestade.

“Não somos filhos da escrava, mas da livre” diz o Apóstolo: “a ordem cristã é uma ordem de liberdade” proclama o S. Padre Pio XII.

O problema essencial é simultaneamente de verdade e de fé. Não basta ter a fé, sem a verdade; mas valerá muito ter a verdade sem a fé, sem crer na verdade que se possui?

A grande Mentira pode ser e tem sido mais actuante que as nossas pequenas verdades, as nossas “verdades diminuídas”, desconfiguradoras da única Verdade.

Quem quer que lê essa monstruosa Suma que é *O Capital* tem sempre a mesma impressão: um emaranhado rebarbativo de dogmas e confusões, à base de uma interpretação positivo-científica, mas uma crítica terrivelmente aguda e pertinente da teoria e prática do capitalismo liberal e um grande e ressonante apelo humano. Citámos a experiência e as observações de Pierre Bigo; mas podíamos igualmente, sem entrar nos que se deixam submeter à obediência política, apresentar muitos testemunhos semelhantes, de quase todos os que o abordam.

Nenhum deixa de se impressionar com o esforço de Marx para resgatar o homem da sua alienação, a intransigência absoluta com a perspectiva de fazer do homem um meio para outro homem, um objecto, uma coisa, uma mercadoria.

Mas costuma objectar-se, isso não é ciência. Metafísica, talvez, ideologia ou mística, o marxismo não assume a serenidade e a indiferença científica. Tanto pior para a ciência!...

Criou-se o mito, caracterizadamente “moderno” e ocidental, de que a ciência esgota toda a realidade, inclusivamente a realidade humana. Hegel dissera: todo o racional é real e todo o real é racional. O cientismo traduziu: todo o real é científico e só o científico é real. Desta camisa-de-forças irrompeu o homem existente, o homem existencial, quer “desesperado” quer salvacionista. O marxismo é o humanismo optimista, forma superlativamente social do savacionismo humanista.

Não será exactamente pelo seu aspecto de solução extra e ultracientífica que ele tem especial presa sobre os meios universitários, como eles são actualmente? Não será este *vazio* apelo àquele *enchimento*? A natureza ainda tem horror ao vácuo, a natureza humana, ao menos...

O testemunho de António Júdice sobre a razão fundamental por que um intelectual se faz comunista é, continua a ser precioso (...)

É decerto por não ser “científico”, no acanhado sentido actual, que o marxismo atrai os intelectuais. E também por ser moral...

Tem-se dito muito no mundo ocidental e já foi enunciado na ONU, por representantes deste nosso mundo, que o maior obstáculo à organização científica da humanidade é a própria noção do bem.

Ainda se repete entre nós que a “ciência nos salvará”. Consequentemente, nada mais é preciso se não saber. E nesta posição aparentemente socrática – que todas as virtudes são formas de prudência ou sabedoria – toma-se a equação pelo segundo membro, absolutiza-se este, reduzido à ciência positiva, e praticamente elimina-se o primeiro: a equação torna-se identificação e confusão. Assim por exemplo o freudismo será ciência e, portanto, igual a valor, libertação e salvação; mas, se na realidade não é ciência, pouco importa: basta-nos que seja salvação ou desespero de salvação, basta-nos que seja irresponsabilidade ou inumanidade.

Não é de estranhar que perante esta abdicação humana, uma afirmação ultra-humana conquiste

a juventude, principalmente a juventude intelectual, que tem de encontrar uma resposta aos problemas da vida e do homem.

(...)

Importa saber de que espírito somos e de que espírito nos consideram. Se nos pregam as grandes realizações materiais é que nos consideram de espírito materialista. Se, em determinados ambientes internos se prega a reconquista do homem, a renúncia ao egoísmo, a ortodoxia dum humanismo social *absolutizado* é que ainda não se esgotou a exploração ao avesso do Evangelho.

Há uma questão de conteúdo e uma questão de hierarquia. As leis científicas são sem dúvida reais e objectivas; mas as leis morais são igualmente reais e objectivas. Cada uma, porém, na sua ordem. A componente fundamental da lei científica é o determinismo, absoluto ou estatístico, como quiserem; a componente fundamental da lei moral é a liberdade, com o seu valor absoluto e com a sua resultante estatística. Lei do ser intelectual encarado, a lei moral é tecida de liberdade; mas nem por isso deixa de ser lei, e lei objectiva. Apesar das infracções, e até um pouco nelas e por elas. Um ascensor, ao fim da sua longa carreira mecânica, podia tirar por conclusão que não existia a lei da gravidade; e no entanto é pela lei da gravidade que ele sobe.

A lei económica geralmente será de estrutura compósita: científica, porque de factos naturais, moral, porque de seres intelectuais, seres de necessidade e liberdade.

A hierarquia de valores significa por vezes tanto ou mais que os próprios conteúdos. Que nunca o religioso seja sacrificado ao moral; que nunca o moral se apague perante o social; que nunca o social ceda ao económico. Esta hierarquia é a própria defesa do humano; no longo curso da história acautelará não menos os valores económicos que os religiosos. É do Evangelho: por acréscimo. (...)

Digamo-lo com as palavras luminosas de S. S. Pio XII: “Se existem, como é certo, relações de causa e efeito entre o mundo moral e o mundo económico, essas relações devem ser ordenadas de tal forma que se garanta o primado ao mundo moral[”] (...)

Aquilo dizia o Sumo Pontífice para todo o mundo em 1954. Mas, em 1947 e em 1952 – podemos dizer desde sempre, com os seus predecessores, e até que se realize – S. Santidade insiste: “Aquilo a que podeis e deveis tender, hoje como ontem, é a uma distribuição mais justa da riqueza. Este é e continua a ser um ponto do programa da doutrina social católica”.

(...) A Igreja não pode “calar ou fingir que não vê e não compreende condições sociais que, voluntária ou involuntariamente, tornam árduo e praticamente impossível um comportamento cristão, conforme os preceitos do supremo Legislador”.

Por isso “a Igreja insiste na necessidade duma distribuição mais justa da propriedade e denuncia o que há de contrário à natureza numa situação social em que, perante um pequeno grupo de privilegiados e de pessoas muito ricas, vive uma enorme massa popular empobrecida”. (...)

Tantos lamentam a ineficácia da Igreja, sobretudo em relação à posse tranquila das posições ocupadas, mas logo impõem que ela não “faça política”... nem economia, nem sociologia, talvez nem moral pública; isto é, que a Igreja realize o reino de Deus, possivelmente lá na estratosfera, porque “a vida pública” é o domínio dos homens positivos, não sabemos mesmo se reino legítimo dos sete pecados mortais. Não tendes reparado como os sete pecados mortais ou vícios capitais prendem, quer formal quer redutivamente, no domínio do económico? Claro, não é que a matéria ou o económico seja intrinsecamente mau; pelo contrário é bom, ao serviço do humano. Mas o economismo?... Mas pôr o humano ao serviço do económico?...

(...)

Faz sem dúvida parte da integridade moral do homem a dimensão histórica: somos solidários, em direitos e obrigações, com os que nos precederam e com os que nos hão-de suceder. Como é bom, dentro da economia doméstica e da sucessão familiar, pensar no dia de amanhã e trabalhar com os olhos nos que hão-de continuar a cadeia, também na economia social e no sentido da continuidade da Pátria, é louvável preparar o melhor futuro. Mas se no primeiro caso se pode exceder a justa medida, pela avarizia, deseducação dos filhos, etc., muito mais são de temer excessos no segundo caso, em que a natureza menos directamente acautela. Há que progredir, criar fontes de riqueza, planificar, economizar, mas nunca à custa do vital humano.

(...)

Nem sequer nos devemos deixar embalar em ambições desordenadas duma grande “economia nacional”. O espaço nacional é sem dúvida o luar geométrico de grande número de actividades e campo primeiro de exercício daquela autoridade que compete ao poder político sobre a economia, quer no sector

público quer no privado.

Importa, porém, evitar que dos conceitos de rendimento nacional *per capita*, da justa e necessária criação de riqueza, para o homem, e do Bem comum dum povo se passe para a simples abstracção que é a “economia nacional”, quer identificando esta com o Bem comum (o que é materialismo) quer considerando objectivo político, isto é, universal, a simples capitação nacional, sem cuidar de saber quais e quão grandes ou pequenas são as cabeças (o que é estatística e economismo, mas não humanismo). Tal passagem do conceito de bem económico para o de Bem comum, assim como da riqueza estatística para a riqueza humana, são exemplos daquele sofismo do *transitus in aliud genus*, em que a lógica moderna é tão fértil.

Assim nascem os nacionalismos económicos dentro da fronteiras, e os imperialismos económicos no mundo. Assim temos, na esfera mundial, imperialismos económicos que se sucedem e que actualmente resolvem dominar e desvalorizar o ouro, desvalorizando com ele todos os valores reais e, portanto, também o trabalho do homem, dando à própria moeda um valor externo muitíssimo superior ao valor interno e assim explorando todo o mundo, sem querer admitir pela imigração o acesso dos outros homens à fonte dessa riqueza feita à sua custa, temos esses imperialismos como modelo de moralidade internacional. E a esse modelo internacional correspondem modelos nacionais e nacionalistas. Devemos na verdade reconhecer e é útil frisá-lo, na questão que nos interessa, que a moral pública, quer nacional, quer internacional, está muito atrasada em relação à ética pessoal. Isto começa logo no vocabulário: as nações são “potências”, grandes potências algumas, ou simplesmente “grandes” – os três, os quatro ou os cinco “grandes”; o governo de cada nação é o “poder”. Não a justiça, mas o poder.

(...)

Opor nação a humanidade, nacionalismo a humanismo, seria, além da incompreensão, a maior das imprudências. Certamente venceria aquilo que tinha direito a vencer – o universal; mas na própria oposição, num antagonismo ilegítimo, estaria a causa da derrota. Isto que hoje só tem interesse teórico, deve na verdade merecer-nos o maior interesse: interesse teórico, precisamente.

E parece que tem igualmente um grande interesse teórico, mas também não tem menos interesse prático, que o nacionalismo nunca se oponha ao homem pessoa, qualquer nacionalismo, talvez designadamente o económico. Este perigo, que não é de hoje, tem hoje potenciada sedução por motivo da permeabilidade internacional, do que poderíamos chamar a bisbilhotice das alegres comadres desta nossa aldeia planetária. Tudo se murmura, tudo se segreda e tudo se sabe: todos também se vigarizam o mais que podem. A maior vergonha é ser-se classificado de povo subdesenvolvido. Todos se lançam na Maratona, talvez mais na Maratona das estatísticas, da produtividade, da produção global, do rendimento nacional (...)

Tudo isto é muito bom, necessário e louvável, com a substancial reserva de que os grandes números não façam esquecer as pequenas pessoas, de que o nacional não obscureça o individual e familiar. E isto, insistimos, não amanhã, mas hoje e sempre.

(...)

Cultivemos o nacional, mas ao serviço do homem, primeiro da sua vida e dignidade intrínseca e só depois da sua honra colectiva. (...)

Aqui, como em toda a sociologia sã e verdadeira, tenhamos presente o problema fundamental: está o homem a ser tratado como sujeito ou como objecto da vida económico-social? Se como objecto, por mais alimentado, instalado, divertido, passeado e jogado que seja, será sempre um objecto, uma coisa, uma mercadoria (mesmo cara), um elemento material e não formal da sociedade. E a matéria resiste à forma, é da boa filosofia: será sempre um insatisfeito e um revoltado, por essência, embora nem sequer dê por isso. Um tal estado é violento e revolucionário, *in radice*, apesar de todo o silêncio e quietação. O ensino social da Igreja insiste na necessidade de *personalizar* as relações *económico-sociais* e de dar às pessoas, aos grupos e às classes o sentimento e o sentido da *complicação* nos direitos e deveres. (...)

Para assegurar um maior rendimento nacional, facilitar a formação de capitais, evitar a inflação, assegurar a continuidade do trabalho – como dizê-lo numa só palavra? Para o maior bem de tudo e de todos – podia em princípio imaginar-se um alto organismo directivo, quer de responsabilidade directamente estatal quer da própria economia, para fixar o nível geral de salários. Cremos, porém, aplicar-se aqui de modo especial na sequência do princípio enunciado, a gravíssima advertência dirigida por Pio XI “a todos os que governam, para seu bom entendimento: quanto ais vigorosamente reine a ordem hierárquica entre as diversas associações, ficando de pé o princípio da função supletiva do Estado, tanto mais firme será a autoridade e o poder social e tanto mais próspera e feliz a condição do Estado”. Pela inversa, e apesar de todas as aparências, redundará finalmente em definhamento da

autoridade e poder social e em menor prosperidade e felicidade do Estado, usar com indevida frequência da sua função supletiva em detrimento do jogo normal das forças sociais e económicas. (...)

Poderíamos, talvez, transferir o problema para uma perspectiva científica – e isto sem perdermos de vista a perspectiva humanista em que nos colocamos. Diz-se e muito justamente que o homem só pode dominar a natureza obedecendo às suas leis. Isto que se aplica geralmente à natureza inorgânica poderá igualmente aplicar-se à natureza humana, com a reserva de que a lei do homem é a liberdade e a subjectividade substantiva. Só poderão dominar-se os fenómenos da sociedade humana e da economia social obedecendo às leis do homem, sujeito activo e criador duma e doutra. (...)

Na doutrinação de S. Santidade, tanto o trabalho como a propriedade são ordenados principalmente para os fins temporais do homem, designadamente para a sua liberdade e dignidade pessoal e familiar. Por isso põe-nos de sobreaviso contra o “clima do impessoal”, contra as violações da pessoa humana e contra a própria *superstição* da organização para o mais alto rendimento.

Se o Estado pode e deve intervir no livre jogo das forças económico- -sociais, é precisamente para assegurar uma justa liberdade; monstruoso seria que tomasse o partido do mais forte, qualquer que este seja.

(...)

Temos de admiti-lo francamente: o jogo de forças sociais, livres na sua esfera, e a tensão da harmonia no vértice, nem sempre asseguram a concordância e a harmonia na base. Mas isto é a natureza; e o contrário será a mentira. Por isso uma verdadeira sociologia não pode excluir *in limine* esta indesejável possibilidade: tem de admitir-se discordâncias de interesses, oposição de pontos de vista e resistências legítimas. O direito à greve, dentro de determinadas condições, é admitido pelos tratadistas católicos da sociologia e do direito natural. Esse direito não parece ultrapassado pela evolução jurídico-social.

O Santo Padre, por várias vezes, designadamente em 1948 e em 1955, expressamente admitiu o direito à cessação conjunta do trabalho ou à acção de força baseada no poder da associação, desde que estejam esgotadas todas as outras possibilidades, se tenam em vista fins ou interesses legítimos de ordem profissional e não se recorra a violências ou injustiças.

(...)

Se em qualquer lugar e em qualquer momento, operários que reconheçam não terem a justa e possível retribuição do seu trabalho ou as mais condições de defesa da sua dignidade pessoal, depois de longamente e dentro da ordem reclamarem melhoria de situação, cansados de encontrarem sempre uma negativa indiferente e preconcebida, abandonam colectiva mas ordeiramente o trabalho, se esses operários são tratados como criminosos e o patronato contrata outros ao dobro dos salários, cuja melhoria recusara absolutamente, em tal hipótese há uma guerra social. Há guerra social, provocada, causada e declarada por aqueles que além de serem os mais responsáveis e até os mais interessados na paz social, não podem em tal hipótese alegar qualquer motivo ou pretexto, a não ser a afirmação da prepotência, a proclamação do direito da força contra a força da justiça e da consciência moral do homem.

Sejam quais forem as conviências e as sanções de tal violência, sejam quais forem as aparências de paz, isto é a desordem, a guerra, a revolução.

Um esforço sincero de paz cívica e de ordem nos espíritos não pode sequer admitir tais hipóteses, quanto mais os factos. Que, dentro do direito natural à recusa do trabalho escravo e à consequente faculdade de tratar *more humano*, isto é entre pessoas racionais e senhoras dos seus actos e destinos, os próprios problemas, se envidem todos os esforços para se chegar sempre a soluções de harmonia e paz, esse será o objectivo supremo; mas não podemos admitir que a harmonia esteja em calar um dos interlocutores no diálogo social. Não podemos esquecer que a necessidade e legitimidade da organização operária está inerente ao próprio sistema capitalista; mais particularmente e com palavras do Santo Padre actual, os sindicatos são “consequência espontânea e necessária do capitalismo erigido em sistema económico”. (...)

Se formos capazes de nos libertar da prisão conceptual do tempo e do espaço, se pudermos vencer a tendência fatalista ou panteísta de identificar o ser com o dever-ser, facilmente chegamos a admitir que esta sociedade mamónica que nos foi gerada pela Renascença pagã, aleitada pelo puritanismo protestante e maiorada pela Revolução anticristã, não é a única possível sociedade.

Em vez duma sociedade assente sobre a posse dos bens terrenos como *ius utendi et abutendi*, podemos idear uma sociedade em que o uso pessoal e familiar dos bens seja *ius procurandi et dispensandi*.

Em vez duma sociedade assente sobre a propriedade como fonte de poder, não é difícil idear uma sociedade que considere a propriedade como princípio e garantia de liberdade pessoal.

Em vez duma sociedade assente sobre o *ter*, podemos idear uma sociedade em que o homem se valore pelo *ser*.

Em vez duma sociedade assente sobre o capital e o juro, podemos idear uma sociedade fundada sobre o trabalho e o préstimo social.

Em vez duma sociedade assente sobre a fertilidade infinita do dinheiro, podemos idear uma sociedade que saiba distinguir a usura da fertilidade da natureza, da inteligência e do trabalho.

Em vez duma sociedade assente sobre a apropriação pessoal quer do fruto do próprio trabalho e engenho quer do rendimento social do trabalho, podemos idear uma sociedade em que se atribua a cada uma das partes aquilo que lhe pertence.

Em vez duma sociedade assente sobre o direito do mais forte, na livre concorrência ou na eliminação da concorrência, podemos idear uma sociedade que ponha ao alto a justiça e a inviolabilidade do homem.

Em vez duma sociedade em que o binómio economia-trabalho seja uma questão, mais propriamente a questão, questão social, podemos idear uma sociedade em que esse binómio seja uma relação inter-humana normal.

Em vez duma sociedade assente sobre o separatismo entre categorias sociais que apenas a fortuna distingue e no casticismo abominador de misturas, podemos idear uma sociedade em que o valor e o serviço sejam o critério de distinção e em que a fraternidade humana seja o cimento de união, não entre *gente bem*, mas entre gente boa.

Em vez duma sociedade assente sobre o individualismo, utilitarismo e o amoralismo, ontem proclamados, hoje ainda praticados, podemos idear uma sociedade em que ao realismo se sobreponha a realidade do homem moral.

Em vez duma sociedade baseada sobre nacionalismos estreitos de origem anticatólica e herética, contra o homem-pessoa e contra a Humanidade, podemos idear uma sociedade de sã patriotismo realizador dos valores humanos, a começar no amor do próximo, até fraternidade universal.

Em vez duma sociedade assente sobre o conceito de que o indivíduo ou o homem gregário só se realiza, e se realiza totalmente, em cidadão, enquanto os seus valores essenciais de liberdade, personalidade e solidariedade sejam valores de Estado, quer liberal quer social, podemos idear uma sociedade em que o homem-pessoa e os corpos naturais personalizados constituam uma verdadeira sociedade livre e orgânica, coroada e ultimada em Estado legítimo.

Em vez duma sociedade assente sobre uma religião de tradição nacional e para o povo, podemos idear uma sociedade humanista em que a dimensão religiosa seja a expressão mais alta da plenitude pessoal, cultural e social.

Em vez duma sociedade assente sobre um certo conservadorismo, mesmo religioso, sem preocupação de conteúdos, sobre um imobilismo de instalação na vida, na fortuna ou em quaisquer situações, podemos idear uma sociedade de religião vital e incansável, religião do *homem viador*, não instalado mas a caminho da Pátria, religião escatológica, sem dúvida, mas em contínuo *fieri* nas estruturas humanas, como fermento na massa, por novas formas de humanismo cristão, ainda não pensadas e porventura ainda mesmo impensáveis.

Em vez duma sociedade em que tantos procuram pensar o Estado, à maneira da Igreja (díriamos, sem cuidado de vernaculidade, pensar Estado *em* Igreja) e em que alguns pensam a Igreja *em* Estado, com as inevitáveis incompreensões e rivalidades, podemos idear as duas sociedades essencialmente distintas e teologicamente independentes, na fidelidade à própria substância e aos próprios fins, da qual resultasse um paralelismo de marcha, útil precisamente na medida da sua independência e especificidade.

Em vez duma sociedade em que o ideal sacerdotal e os estados de perfeição, quer tolerados quer reprimidos, não são “deste mundo”, podíamos idear uma sociedade em que eles fossem a própria expressão duma aspiração e vocação de altura desse mesmo mundo, embora longe da universalização e extrapolação, à comunista.

Utopia, tudo isto?...

Pois o contrário é positivismo; e o positivismo tem de rejeitar-se, não por ser antipático ou nocivo, mas simplesmente por ser humanamente falso. Fazer ideal do real parece ser o caminho mais seguro de falhar, até na realização do real.

O comunismo tem sido combatido a partir do bom senso (que é no caso o senso burguês), por desconhecer o positivismo das coisas e do homem, por ser uma utopia. Pois é isso; e aí é que está a sua força. É utopia assentar uma sociedade sobre a virtude; mas será positivismo científico – queremos, nesse momento, dizer verdadeiro – fundar a sociedade sobre a negação da essência moral do homem?...

Será positivismo fundar a sociologia sobre o vício e o pecado, ou será antes maniqueísmo racionalista?!...

O comunismo utópico é a eliminação radical do egoísmo, dos sete pecados mortais e de todas as suas ocasiões. A sociedade moderna tinha recusado o mero Decálogo, quanto mais as Bem-aventuranças; pois o comunismo subiu às cumeadas da história e pregou a versão super-humanista do Sermão da Montanha.

O Apocalipse, último e definitivo livro da Revolução divina, escatológico e por isso sempre palpitante e actual, fora considerado uma loucura perturbadora. O comunismo mostrou a sua indefectível verdade: realização infinita do homem, no perigo, na incerteza e na aspiração, até à *parusia* final.

Refutá-lo com o bom senso, o economismo e o positivismo? Mas é o fim e a crise – juízo e condenação – dum mundo sem caridade nem fraternidade.

Refutá-lo com o bom senso, o economismo e o positivismo? Mas se tudo isso, acima do seu próprio nível, isto é ao nível especificamente humano, se mostra redondamente falso?...

A maior força social, porque maior realidade humana, ainda é o ideal.

Tenhamos a coragem intelectual de reconhecer, na história de hoje, quanto Deus Providentíssimo é um jogador franco!

A civilização moderna tinha relegado para o “outro mundo” o preceito que fora dado ao homem novo, homem bem real e com os pés assentes na terra (com os pés, não com a cabeça): procurarai primeiro o reino de Deus!

O comunismo, laicizando e mistificando embora, aceitou em cheio o oráculo da Sabedoria: procurarai primeiro o reino do homem-Deus e tudo o mais que vos será dado por acréscimo. E foi assim realmente: estão indo a ele, na fé e na ilusão de homens e nações ávidos de justiça, de fraternidade e de paz; e, para acréscimo, até o *mais* lhe veio, com pasmo e escândalo daqueles que queriam começar por esse *mais*. Deus é um jogador franco, leal e paciente... Vale mais ou é mais eficaz uma caricatura total do que uma verdade por medida e encomenda.

(...)

As nações católicas quase não têm tido nos últimos séculos outra preocupação senão “emancipar-se” da Igreja, garantir a supremacia do poder civil e principalmente contrariar o magistério da Igreja. Tolerância talvez, ainda com a Igreja do culto e da “religião para o povo”; intolerância total para a Igreja *Mater et Magistra*! E assim vemos que enquanto muitos países não católicos vão já bastante adiantados na aplicação, melhor ou pior entendida, da doutrina social da Igreja, os países tradicionalmente católicos não só não aplicam mas intimamente incomodam-se com que a Igreja tenha e pregue uma doutrina social. Assim enquanto na Europa e América latinas, o direito fiscal continua a ignorar a doutrina da Igreja sobre a propriedade e o seu uso, sobre o dinheiro e a usura, sobre o direito primário de todos ao uso dos bens do mundo e sobre a disposição obrigatória do supérfluo, vemos afluir da Norte América esses supercapitalista dos tempos de hoje, estrelas, astros e satélites do reino da ilusão, exploradores dum género de lucro que é por essência o mais social, que vêm porventura trazer-nos filmes do maior dramatismo social e socializante, mas acobertando-se eles próprios sob o conforto duma fiscalidade burguesa, para digerirem em paz os frutos *sociais* dum desfrute *social* (geralmente de sentido e valor anti-social, para mais...).

É pela doutrina que a Igreja sempre pregou, não precisamente antes de haver questão social mas até mesmo antes de haver protestantismo ou socialismo que esses países estão saindo, bem ou mal, mas em paz relativa, da crise do economismo burguês e do escravagismo laboral da civilização moderna anticristã. Talvez se predisponham para poder amar a Deus, em espírito e verdade... E talvez isso nem mesmo prejudique a economia...

A nós falta-nos amar o próximo, não tanto individual, como social e juridicamente. Melhor, falta-nos amar a Deus com verdade, sinceridade e eficácia; porque o segundo preceito é igual ao primeiro, e testemunho da sua autenticidade.

Não bastam, sem dúvida, instituições e estruturas boas, para fazer o homem bom; mas podemos nós acreditar na bondade do homem que não resulta e não se revela nas estruturas e nas instituições?!

Não nos deixemos impressionar nem seduzir pela grande Caricatura!

Mas perdê-la de vista, não seria tentar a Deus?

Não é culpa da Santa Igreja de Deus se o mundo actual poderá ver aí melhor, na mentira, os

traços do rosto da Verdade.

Numa palavra: só quando ao humanismo profético para evangélico se antepuser, autêntica e eficazmente, um universal humanismo evangélico igualmente profético, começará a raiar o sol no novo dia.

À última filosofia otimista de “salvação” temos de opor uma filosofia do ser e da verdade, que se termine em Teologia, na qual só pode estar o optimismo real de salvação.

Ao humanismo marxista a prolongar-se em divinismo temos de opor eficazmente o humanismo infinito do Homem-Deus, a realizar-se indefinidamente no homem pessoal e no homem histórico. (E aqui começaria o tratado teológico da Graça...).

À Máscara temos de opor a Face!

Chegaremos a tempo?...

A maior das virtudes é a Caridade, mas o maior dos pecados, na autoridade de São Tomás, não é o pecado contra a caridade, mas o pecado contra a Esperança, contra a virtude teologal, sobrenatural da Esperança.

Esperemos!...